

AS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA NA OPERAÇÃO VERDE BRASIL

Major Willian Pina Botelho

O Major de Intendência Botelho é analista de inteligência da Subseção de Inteligência do Comando Militar da Amazônia (CMA). Foi declarado aspirante a oficial, em 2002, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Possui o Curso Intermediário de Inteligência para Oficiais, da Escola de Inteligência Militar (EsIMEx) e foi chefe da Seção de Inteligência do 8º Batalhão de Polícia do Exército, sediado em São Paulo-SP. Atualmente é integrante da Qualificação Funcional Específica de Inteligência no CMA (botelho.willian@eb.mil.br).



A Amazônia sempre foi uma região estratégica, apresentando grande importância no cenário geopolítico mundial. Essa preocupação não é atual, remonta o período anterior à criação do Comando Militar da Amazônia, de acordo com o Decreto nº 40.179, de 27 de novembro de 1956.

Recentemente, o Estado Brasileiro foi alvo de discussões internas e externas acerca das questões ambientais, particularmente, as queimadas que causaram um lastro destrutivo e uma imagem negativa perante a comunidade internacional.

Diante de uma série de fatores apreciados no amplo espectro, envolvendo diversos órgãos do Executivo, por intermédio do Decreto nº 9.985, de 23 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto 10.022, de 20 de setembro de 2019, foi autorizado o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem e para as ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas da Amazônia Legal, no período de 60 dias. Pela primeira vez foi autorizada uma operação de garantia da lei e da ordem com viés ambiental.

Desde 2011, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) coordena uma ação de grande escala com o objetivo de fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil. Trata-se da Operação Ágata, que integra o Plano Estratégico

de Fronteiras (PEF) do Governo Federal, criado para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com dez países sul-americanos.

Ao longo da operação, militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica realizam missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegal. As ações abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha e inspeção nos principais rios e estradas que dão acesso ao território brasileiro.

Além do Ministério da Defesa, 12 ministérios e 20 agências governamentais participam da Operação Ágata. O planejamento e a mobilização são feitos de forma integrada, com articulação contínua entre militares das Forças Armadas e agentes de segurança pública nos níveis federal, estadual e municipal. Participam desse esforço Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Receita Federal e órgãos de segurança dos estados das regiões de fronteira, todos sob coordenação e orientação do EMCFA.

A partir de 2017, foi prevista uma nova concepção das operações Ágata, composta de ações de duração limitada, baseada em inteligência e fator surpresa.

A Operação Verde Brasil, como foi denominada no âmbito do Ministério da Defesa, trouxe um desafio bem maior do que as operações Ágata. Envolveu uma concepção ampla de ações que visavam combater os delitos ambientais, com ênfase nos focos de calor e incêndio, concomitantemente, em conjunto com órgãos de fiscalização para apurar e aplicar sanções qualificadas e previstas na legislação federal.

No contexto das ações de inteligência, o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)



Fig. 1 - Tropa combatendo incêndio na Região Amazônica

já reunia ações e planejamentos para apoiar as decisões a serem tomadas tanto no campo estratégico quanto no campo tático. Com a ativação do Comando Conjunto Amazônia, o Comando Militar da Amazônia, que abrange os estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima, coordenou as ações de inteligência por intermédio de sua seção de inteligência.

O Comando Conjunto Amazônia, representado pela Seção de Inteligência do Comando Militar Amazônia, integrou o esforço de inteligência, coordenado pela Superintendência da ABIN, em Manaus.

A OPERAÇÃO VERDE BRASIL

A Operação Verde Brasil foi uma operação militar de coordenação e cooperação com agências (CCA), realizada no contexto específico da missão constitucional da garantia da lei e da ordem, nos termos do artigo 142 da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Foi autorizada pelo Decreto Presidencial nº 9.985/2019, alterado pelo Decreto nº 10.022/2019, que previa sua atuação em ambiente rural ou urbano. Essa operação teve por finalidade reprimir delitos ambientais e identificar áreas suscetíveis a incêndios, além de orientar a população quanto à necessidade de prevenir as queimadas na Região Amazônica.

AS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA EM APOIO À OPERAÇÃO VERDE BRASIL

A utilização dos conhecimentos oriundos de órgãos de inteligência externos às Forças Armadas exige um plano de inteligência adequado à situação, buscando a efetiva integração desses órgãos, antes mesmo da necessidade do emprego da tropa.

O Plano de Inteligência, no primeiro momento, foi organizado pela Seção de Inteligência do Comando Militar da Amazônia, por intermédio do acompanhamento da conjuntura e de aspectos conhecidos das regiões definidas pelo Comando Conjunto Amazônia.

A partir da estruturação dos meios do Comando Conjunto nas Forças Terrestres Componentes Xingu (AM), Príncipe da Beira (AC e RO) e Lobo D'Almada (RR), os esforços de busca foram coordenados pelas seções de inteligência das forças terrestres componentes, em cooperação com as agências e com os órgãos federais, estaduais e municipais.

A estrutura de inteligência da Operação Verde Brasil, a partir do Comando Conjunto, organizou-se da seguinte forma:

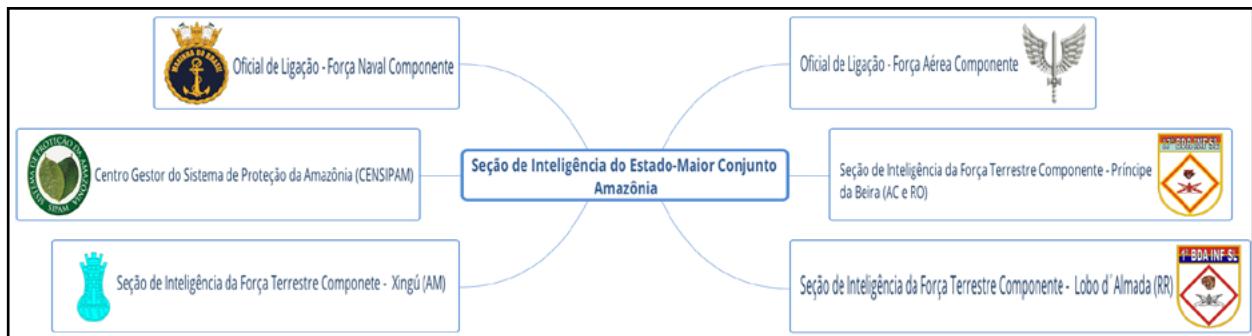


Fig. 2 - Estrutura de inteligência do Comando Conjunto Amazônia

ANÁLISE DA GEOINTELIGÊNCIA

A geointeligência (GEOINT) é a disciplina da inteligência proveniente da exploração e análise de imagens e informações geográficas com a finalidade de definir, avaliar e representar, de forma georreferenciada, tanto as características físicas quanto as atividades que ocorrem na superfície terrestre.



Fig. 3 - Componentes da geointeligência

O imageamento é o primeiro item que compõe a GEOINT, sendo a geração e a utilização de imagens de extrema relevância para o seu emprego. O imageamento é a aquisição de dados geoespaciais, por intermédio de sensores (satélites orbitais).

A inteligência de imagens é o segundo componente da GEOINT, proveniente da análise de imagens estáticas e/ou dinâmicas.

As informações geográficas (Geoinformação), como terceiro componente da GEOINT, representam toda e qualquer informação ou dado que possa ser espacializado, ou seja, que tenha algum tipo de atributo ou vínculo geográfico que permita a sua localização.

A GEOINTELIGÊNCIA NA OPERAÇÃO VERDE BRASIL

Sobre o processo de imageamento durante a operação Verde Brasil, o Centro

Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), em coordenação com os centros regionais de Manaus (AM) e de Porto Velho (RO), realizavam a captação das imagens de satélites dos focos de calor. As imagens captadas durante o processo de imageamento eram analisadas (inteligência de imagens) pelos técnicos do CENSIPAM e difundidas para a Seção de Inteligência do Comando Conjunto Amazônia (Fig. 4).

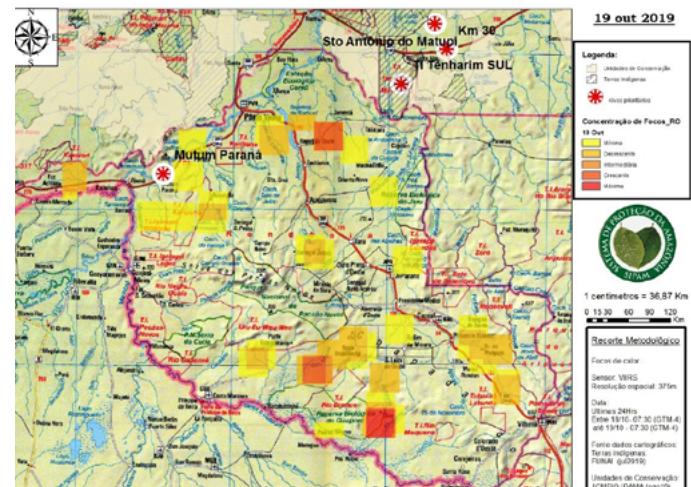


Fig. 4 - Extrato da documentação imageada - CENSIPAM - 19 Out 19.

As imagens analisadas eram processadas em conjunto com as informações recebidas pelo canal de inteligência, dentro da estrutura de inteligência do Estado-Maior Conjunto Amazônia.

O produto final de todo processo de geointeligência era um mapa temático que apresentava a situação dos focos de calor e outros dados de inteligência que eram processados, analisados e espacializados.

O percurso do satélite orbital que realizava a captação de imagens sofria interferências naturais. Na região Amazônica, a predominância de nuvens afeta a captação sensorial do foco de calor, dessa forma era comum a geração de falsos positivos.

Áreas urbanas, dias com temperaturas altas e locais com baixo índice de precipitação (< 10 mm) apresentavam grandes concentrações de focos de calor, que necessitavam ser confirmados por outros meios.

Para minimizar os efeitos negativos dos resultados falsos positivos, o CENSIPAM considerava os dados coletados no período noturno e logo no amanhecer, quando as temperaturas na região estão amenas nas áreas urbanas, sem a interferência do calor dos veículos e da atividade industrial em áreas próximas às cidades.

Áreas imageadas que continham desmatamentos e locais próximos às estradas (vias de acesso), via de regra, possuíam focos de calor associados a incêndios locais confirmados.

A CLIMATOLOGIA E AS PRECIPITAÇÕES NA REGIÃO AMAZÔNICA

A chuva é a variável climática que apresenta maior influência na vida da população amazônica. A região possui uma extensa rede hidrográfica e o volume de chuvas na bacia é responsável pela sazonalidade do regime hidrológico.

O CENSIPAM, em Manaus (AM), foi o principal parceiro das Forças Armadas durante a operação Verde Brasil. Na área do Comando Conjunto Amazônia, existem dois centros regionais: o Centro Regional de Porto Velho (RO) e o Centro Regional de Manaus (AM).

Em coordenação com o Centro Regional de Porto Velho, o CENSIPAM/AM produzia um boletim especial para atender às necessidades do Comando Conjunto Amazônia. Esse documento era integrado a outros produtos que eram apresentados durante a reunião diária de situação, realizada no Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar da Amazônia.

Para a análise meteorológica eram observados aspectos como: acumulado das chuvas, quadro de precipitação, temperatura local e duração das chuvas.

Em relação ao quadro de precipitação (Fig. 6), observava-se a incidência de chuvas nas regiões apontadas como grande intensidade de focos de calor.

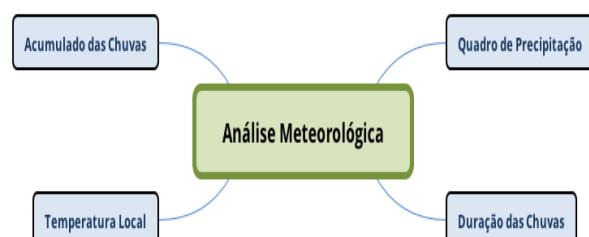


Fig. 5 - Aspectos para análise meteorológica

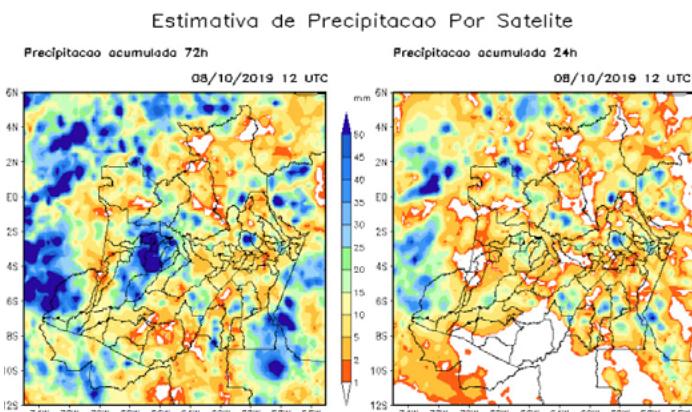


Fig. 6 - Quadro de precipitação por satélite.

A duração das chuvas que ocorriam na região poderia ser vista pelos mapas dinâmicos do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

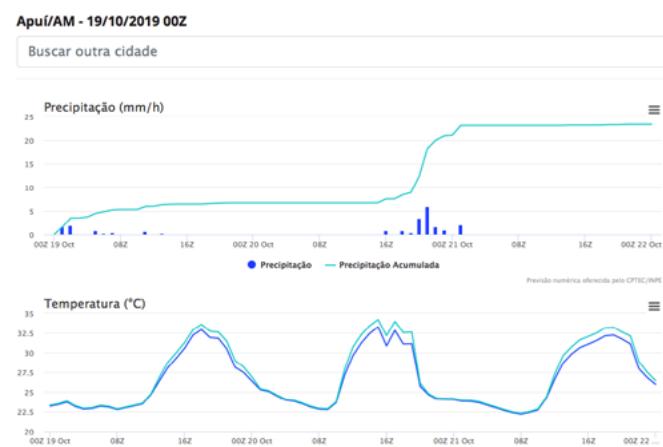


Fig. 7 - Quadro de precipitação x temperatura

Apui - Precipitacao Diaria Estimada

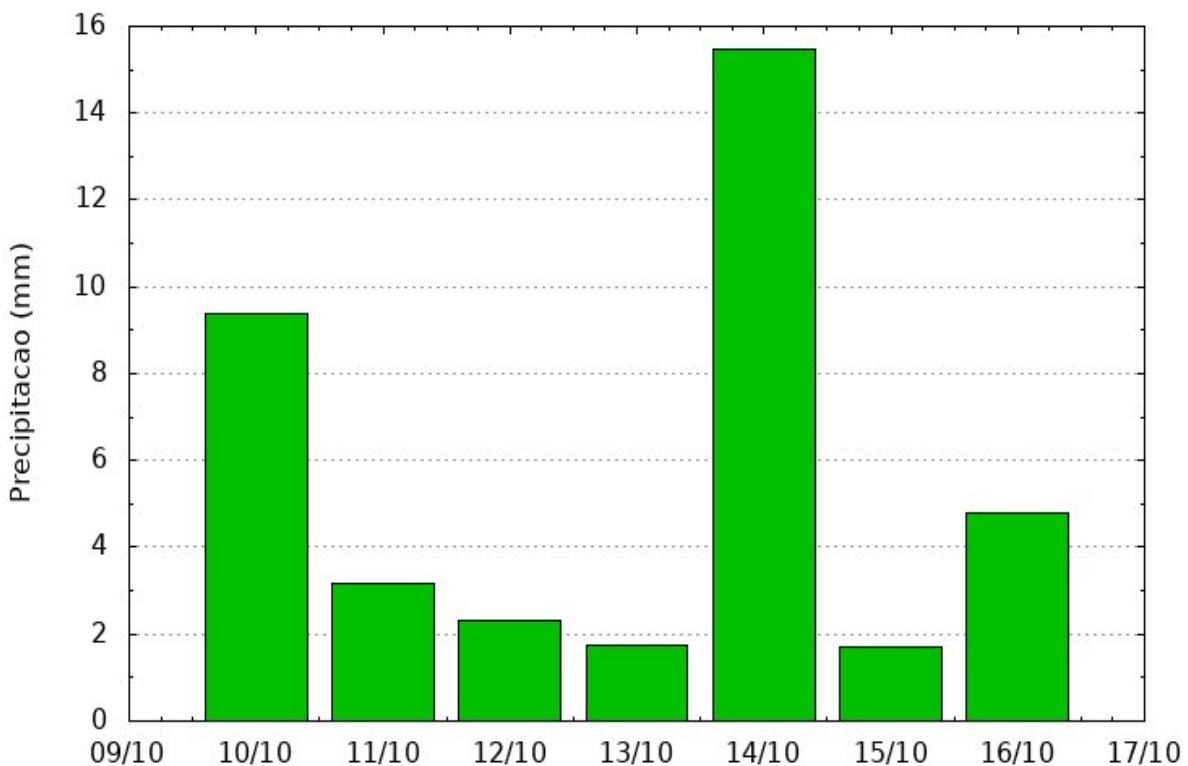


Fig. 8 - Precipitação diária estimada (CENSIPAM/AM)

O acumulado das chuvas, em fator estimativo do mês, é uma informação produzida pelo CENSIPAM/AM que tem por objetivo realizar uma abordagem detalhada da evolução mensal do volume de precipitação (monitoramento) relativamente aos volumes esperados para cada município e que estão indicados entre os percentuais 35 e 65 (Tabela 1).

Tabela de percentuais	Setembro		Outubro	
	35%	65%	35%	65%
Manicoré	90	148	147	188
Nova Aripuanã	84	119	131	151
Humaitá	95	122	178	194
Apuí	106	146	170	203

Tabela 1 - Acumulado de chuvas para os meses de setembro e outubro de 2019

A temperatura local é um fator que implica a umidade do solo, dificultando a combustão, bem como o apoio ao combate ao incêndio. As estimativas de temperatura eram avaliadas de acordo com boletim meteorológico especial,

produzido pelo CENSIPAM/AM e pela consulta ao CPTEC/INPE (Fig. 4).

O EMPREGO DE TROPA/AGÊNCIAS COMO SENSOR DE INTELIGÊNCIA

O patrulhamento ostensivo, dependendo da forma como é realizado, pode ser fonte de inteligência para obtenção de dados junto à população e de outras fontes. É por meio dessa ação que a população transmite a sua confiança no emprego da Força Terrestre, de forma legítima para o vetor militar.

No âmbito do Comando Conjunto Amazônia, as informações táticas da tropa em atividade eram repassadas diretamente à seção de inteligência da respectiva Força Terrestre Componente que informava à seção de inteligência do Comando Conjunto Amazônia.

O fluxo de informações entre as Forças Armadas e as agências durante essa operação foi bastante facilitado, em razão de muitos parceiros já terem participado de operações no contexto das operações Ágata.



A METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO UTILIZADA NA OPERAÇÃO VERDE BRASIL

O ciclo de produção de conhecimento de inteligência, dentro da Doutrina Militar Terrestre brasileira, divide-se em quatro fases específicas: orientação, obtenção, produção e difusão.

A **orientação** é a primeira fase do ciclo de inteligência e materializa-se por meio da determinação de necessidades de inteligência (NI), do planejamento do esforço de obtenção, da emissão de ordens e pedidos de busca aos órgãos de obtenção, da elaboração do Plano de Obtenção de Conhecimentos e do contínuo controle da atividade de inteligência, executada por todos os órgãos acionados.

Nessa fase, as NI eram percebidas durante a fase de exposição do planejamento futuro, durante a reunião diária de situação, e posteriormente discutidas e priorizadas pelo Comando Conjunto Amazônia.

Um fator importante considerado na fase de orientação foi o tempo estimado para encerramento do ciclo de inteligência, como forma de assegurar a efetividade das ações futuras e o

planejamento operacional das outras seções do Estado-Maior Conjunto Amazônia.

A **obtenção** de inteligência era feita por intermédio das frações distribuídas nas diversas localidades dos estados (AM, AC, RO e RR), órgãos de inteligência e agências civis e militares envolvidas na operação que estavam em contato com as forças componentes.

As informações das forças terrestres eram recebidas pelo canal de inteligência e as informações da força naval e da força aérea, por meio de seus oficiais de ligação no Comando Conjunto.

Em relação ao emprego de tropa, a obtenção de informações, por meio de satélites, para determinar os focos de calor e avaliar as condições meteorológicas, representou cerca de 80% dos dados produzidos nessa operação.

A **produção** de conhecimento de inteligência representa a fase em que as informações obtidas são transformadas em conhecimentos de inteligência.

Para a reunião diária de situação foram apresentados os seguintes produtos:

- um produto abordando a variação da situação dos focos de queimadas em relação ao dia anterior;
- um produto abordando a questão meteorológica; e
- um produto com informações que fossem importantes para o planejamento de ações futuras, que já havia sido difundido oportunamente para a Seção de Operações ou que elucidasse algum questionamento do Comandante Conjunto, conforme solicitação.

A fase da **difusão** efetua-se com a entrega oportuna do conhecimento de inteligência, na forma apropriada e pelo meio adequado, ao comandante operativo e seu estado-maior.

Na reunião diária de situação as informações recebidas e produzidas pela Seção de Inteligência eram difundidas, ocasião em que, oportunamente, era apresentada a orientação da produção do conhecimento.



Fig. 9 - Ciclo de inteligência

METODOLOGIA PARA ANÁLISES

A metodologia empregada para a produção do conhecimento consiste na sequência ordenada de procedimentos executados pelo analista para a produção de um conhecimento de inteligência e pode ser esquematizada como segue:

Metodologia da Produção do Conhecimento



Fig. 10 - Metodologia da produção do conhecimento

Como as atividades desenvolvidas na operação se caracterizavam por rotinas, com poucas evoluções ao longo das semanas, algumas adaptações foram necessárias, com o objetivo de otimizar os trabalhos e operacionalizar outras demandas do escalão superior, sendo adaptada para o seguinte formato:

Metodologia da Produção do Conhecimento



Fig. 11 - Metodologia da produção do conhecimento
- adaptada

A fase de triagem consiste na técnica de organizar grandes volumes de dados que permitam gerar novas informações. Durante a operação havia muitas agências parceiras participando, trazendo dados e produtos para colaborar com a produção do conhecimento.

Nessa fase, é importante que o analista saiba selecionar informações com o objetivo de avaliar um determinado enfoque, por exemplo, locais de incidência de queimadas, atores envolvidos em atividades ilícitas, vias de acesso para abordagem operativa, entre outros.

A priorização consiste no processo de ordenar, após um processo de avaliação de fonte e conteúdo, de forma que as informações recebidas estejam classificadas de maior ou de menor valor.



Em relação à interpretação, à formalização e à difusão, basicamente, consistia em estabelecer o significado dos fatos levantados e elaborar os produtos que eram apresentados na reunião diária de situação. Cabe ressaltar que somente dados que foram avaliados qualitativa ou quantitativamente eram apreciados e difundidos nessa ocasião. Cada fonte de informação era submetida à triagem, à priorização, à interpretação, à formalização e à difusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Comando Militar da Amazônia, durante as operações de Garantia da Lei e da Ordem, compõe o Comando Conjunto Amazônia, juntamente com a Marinha

do Brasil, a Força Aérea Brasileira e as outras estruturas federais, estaduais e municipais.

Historicamente, as agências civis, nos níveis federal e estadual, possuem grande aproximação com as estruturas militares que, rotineiramente, realizam operações na região da Amazônia Ocidental, tornando-se um fator propício para integração de dados de inteligência.

A Operação Verde Brasil oportunizou, no âmbito do Comando Conjunto Amazônia, a integração dos sistemas de inteligência de defesa e de segurança pública e, somada aos dados recebidos das agências ambientais, proporcionou outras perspectivas para o desenvolvimento das estratégias de combate aos focos de incêndio.

No contexto da produção do conhecimento para atender às demandas do Estado-Maior Conjunto e suas Forças Componentes, o CENSIPAM/AM foi fundamental, tendo em vista a expertise em lidar com a dinâmica ambiental e por possuir uma estrutura de geointeligência (capacitação de pessoal, softwares de análise, metodologias de avaliação, entre outras) similar à estrutura da Subseção de Geointeligência do Comando Militar da Amazônia.

A operação possibilitou às grandes unidades do Comando Militar da Amazônia a atualização dos levantamentos estratégicos de área (LEA), facilitando a avaliação de conjunturas e a realização de análises prospectivas de outras temáticas de interesse do Comando Militar da Amazônia.

O esforço de busca, protagonizado pelas equipes de inteligência em campo, era otimizado por ocasião dos deslocamentos para avaliar não somente a temática ambiental, mas outros assuntos de interesse do Sistema de Inteligência do Exército (SIE), economizando recursos financeiros, humanos e materiais.

A Operação Verde Brasil oportunizou, no âmbito do Comando Conjunto Amazônia, a integração dos sistemas de inteligência de defesa e de segurança pública e, somada aos dados recebidos das agências ambientais, proporcionou outras perspectivas para o desenvolvimento das estratégias de combate aos focos de incêndio.

Por fim, cabe ressaltar que a inteligência, tanto como função de combate quanto

como atividade de estado, possui caráter permanente, não se limitando ao espaço-tempo determinado, de forma a servir de base para o desenvolvimento das operações, apoiando o processo decisório do Comando Conjunto Amazônia, numa atividade contínua e dinâmica.

REFERÊNCIAS

- 1^a BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Exército Brasileiro. **Operação Verde Brasil: tropa da 1^a Brigada de Infantaria de Selva atua no sul do estado de Roraima.** Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/10467791>. Acesso em: 2 out. 19.
- BRASIL. **Doutrina de Operações Conjuntas (MD 30 – M – 01).** 1^a Edição. ed. Brasília – DF: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, v. II, 2011.
- BRASIL. **Manual de Campanha – Inteligência (EB20-MC-10.207).** 1^a Edição. ed. Brasília – DF: Estado-Maior do Exército, 2015.
- BRASIL. **Manual de Campanha – Operação de Garantia da Lei e da Ordem.** 1^a Edição. ed. Brasília – DF: Comando de Operações Terrestres, 2018.
- BRASIL. **Decreto Nº 9.985, de 23 de agosto de 2019,** 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9985.htm>. Acesso em: 2 out. 2019.
- BRASIL. **Manual Técnico – Geointeligência.** 1^a Edição. ed. Brasilia – DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.
- BRASIL. **Manual Técnico – Produção do Conhecimento de Inteligência.** 1^a Edição. ed. Brasilia – DF: Comando de Operações Terrestres, 2019.
- CENSIPAM. Meteorologia e Climatologia. **sipam.gov.br**, 2016. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br/assuntos/meteorologia-e-climatologia/texto-de-apresentacao-do-orgao>>. Acesso em: 11 out. 2019.
- CPTEC. **previsaonumerica.cptec.inpe.br. Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos,** 2019. Disponível em: <<https://previsaonumerica.cptec.inpe.br/bam>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- DECRETO Nº 40.179, de 27 de outubro de 1956. **planalto.gov.br**, Brasília, 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Atos/decretos/1956/D40179.html>. Acesso em: 2 out. 2019.

HEUER, R. J.; PHERSON, R. H. **Structured Analytic Techniques for Intelligence Techniques**. 2^a Edição. ed. Washington – DC: CQ Press, 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Operação Ágata. www.defesa.gov.br, 2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>>. Acesso em: 9 out. 2019.

OPERAÇÃO VERDE BRASIL: tropa da 1^a Brigada de Infantaria de Selva atua no sul do estado de Roraima. Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunOI/content/id/10467791>. Acesso em: 2 out. 2019.

POLÍTICA Nacional de Inteligência. [abin.gov.br](http://www.abin.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao-de-inteligencia/coletanea-de-legislacao/politica-nacional-de-inteligencia/), 2019. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao-de-inteligencia/coletanea-de-legislacao/politica-nacional-de-inteligencia/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

